

A questão da unidade sindical

Trotsky

A questão das organizações operárias não é passível de uma solução simples, adequada para todas as formas organizativas e para todas as situações.

Com relação ao partido, a questão se resolve de maneira categórica. Sua total independência é a condição elementar para a ação revolucionária. Mas este princípio não dá, de antemão, uma resposta pré-fabricada para todos os casos: quando e sob que condições deve-se produzir um rompimento ou, por outro lado, uma unificação com uma corrente próxima? Essas questões se resolvem em cada caso com base numa análise concreta das tendências e das condições políticas. O critério principal pelo qual se orientar continua sendo a necessidade de que a vanguarda do proletariado organizado, o partido, preserve sua total independência e autonomia baseado em um programa de ação.

Mas justamente essa solução para o assunto, no que diz respeito ao partido, geralmente admite e, ainda mais, torna indispensável adotar uma atitude muito diferente com relação ao problema da unidade de outras organizações de massa da classe operária: sindicatos, cooperativas, soviets.

Cada uma destas organizações tem suas próprias tarefas e métodos de trabalho, que são independentes dentro de certos limites. Para o Partido Comunista todas essas organizações são, sobretudo, um campo propício para a educação revolucionária de amplos setores operários e para recrutamento dos operários mais avançados. Quanto mais amplas massas abarcam uma determinada organização, maiores são as possibilidades que oferece à vanguarda revolucionária. É por isso que, geralmente, não é a ala comunista, mas sim a reformista que toma a iniciativa de dividir as organizações de massa.

Basta comparar a conduta dos bolcheviques em 1917 com a dos sindicatos ingleses nos últimos anos. Os bolcheviques não apenas permaneceram nos mesmos sindicatos com os mencheviques depois da revolução de outubro, ainda que os bolcheviques tivessem uma esmagadora maioria nos soviets. Por outro lado, os sindicatos britânicos, por iniciativa dos trabalhistas, não apenas afastam os comunistas do Partido Trabalhista, mas também, quando é possível, dos sindicatos.

Na França a divisão dos sindicatos também foi fruto da iniciativa dos reformistas, e não é por acaso que a organização sindical revolucionária, obrigada a atuar de forma independente, adotara o nome de unitária.

Então, exigimos que os comunistas abandonem agora as fileiras da CGT? Absolutamente. Ao contrário, devemos fortalecer a ala revolucionária dentro da confederação de Jouhaux (CGT). Com isso demonstramos que para nós a divisão da organização sindical não é de forma nenhuma uma questão de princípios. Todas as objeções ultra-esquerdistas prévias que se podem formular contra a unidade sindical se aplicam em primeiro lugar à participação dos comunistas na CGT. Não obstante, todo revolucionário que não tenha perdido contato com a realidade deve reconhecer que a criação de frações comunistas nos sindicatos reformistas é uma tarefa de grande

importância. Uma das tarefas dessas frações deve ser a defesa da CGTU ante os membros dos sindicatos reformistas. Isso só será possível mostrando que os comunistas não querem dividir os sindicatos, mas que, ao contrário, estão dispostos a todo momento a restabelecer a unidade sindical.

Se se acreditasse por um instante sequer que o dever de contrapor uma política revolucionária à dos reformistas impõe aos comunistas a divisão dos sindicatos, isto não se limitaria somente à França: seria uma exigência geral os comunistas rompessem, sem levar em consideração a correlação de força, com os sindicatos na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos etc. Em alguns países os partidos comunistas adotaram concretamente essa linha. Mas até agora, nunca em lugar nenhum os comunistas provocaram uma divisão por não admitir de antemão o trabalho junto aos reformistas nas organizações das massas proletárias.

Sem nos determos nas cooperativas, experiências que não acrescentam nada ao que já foi dito, tomaremos como exemplo os soviets. Estes surgem nos momentos mais revolucionários, quando os problemas se colocam com a máxima agudeza. É possível imaginar, sequer por um momento, a criação de soviets comunistas como contrapeso dos soviets social-democratas? Seria liquidar a própria idéia de soviets. No início de 1917 os bolcheviques eram minoria insignificante dentro dos soviets. Durante meses (e numa etapa em que os meses valiam por anos, senão por décadas) toleraram uma maioria conciliadora nos soviets, inclusive quando já representavam uma esmagadora maioria nos comitês de fabrica. Finalmente, mesmo depois da tomada do poder, toleravam os mencheviques dentro dos soviets enquanto eles representavam um setor da classe operária. Apenas quando os mencheviques se comprometeram e se isolaram totalmente, se transformando-se numa camarilha, os soviets os expulsaram.

Na Espanha a bandeira de soviets pode estar na ordem do dia em um futuro próximo. A própria criação desses soviets (conselho), supondo que haja uma iniciativa enérgica e forte dos comunistas, não se pode conceber senão mediante um acordo técnico-organizativo com os sindicatos e com os socialistas sobre o método e os intervalos para a eleição dos representantes operários. Afirmar, nessas condições, que é inadmissível trabalhar com os reformistas nas organizações de massa seria uma das formas mais desastrosas de sectarismo.

Como conciliar, então, uma atitude assim de nossa parte para com as organizações proletárias dirigidas pelos reformistas com a caracterização do reformismo como ala esquerda da burguesia imperialista? Isso não é uma contradição formal, mas dialética, ou seja, que surge da própria dinâmica da luta de classes. Uma parcela considerável da classe operária (em muitos países a maioria) rejeita nossa caracterização do reformismo. Em outros nem ao menos se colocou essa questão. O problema consiste precisamente em levar as massas a conclusões revolucionárias baseadas em nossas experiências em comum com elas.

Dizemos aos operários não comunistas ou anticomunistas: “Hoje, no entanto, confiais nos dirigentes reformistas que nós consideramos traidores. Não podemos nem queremos impor nosso ponto de vista pela força. Queremos vos convencer. Tentemos então lutar junto e examinemos os métodos e os resultados dessas lutas”. Isso quer dizer: total liberdade para formar grupos dentro dos sindicatos unificados em que a disciplina sindical exista para todos.

Atualmente o Comitê Executivo da Liga Comunista (a Oposição de Esquerda da França) está colocando, corretamente, em primeiro lugar a questão da frente única. É a única forma de impedir que os reformistas, e sobretudo seus agentes da ala esquerda, os monattistas, contraponham a bandeira formal da unidade às tarefas práticas da luta de classes. Vassart, em contraposição à estéril linha oficial, afirmou a idéia da frente única das organizações sindicais locais. A forma de colocar a questão é correta, no sentido de que em casos de greves locais o que se deve fazer primeiro é trabalhar com os sindicatos locais e com as correspondentes federações. Também é certo que os estratos inferiores do aparelho reformista são mais sensíveis à pressão dos operários. Mas seria errado fazer qualquer tipo de diferença de princípios entre os acordos com os oportunistas locais e os que se possam fazer seus chefes. Depende das condições que se dêem, da força da pressão que exerçam as massas e do caráter das tarefas que estejam na ordem do dia.

Fica claro que para lutar em cada caso específico não vamos impor como condição indispensável e previa o acordo com os reformistas, local ou centralizado. Não nos guiamos pelos reformistas, mas pelas circunstâncias objetivas e pelo estado de animo das massas. O mesmo se aplica ao caráter das reivindicações que se colocam. Seria fatal comprometermo-nos de antemão a aceitar a frente única com as condições dos reformistas, ou seja, com base nas reivindicações mínimas. As massas operarias não sairão à luta por reivindicações que lhes pareçam fantásticas. Mas, por outro lado, se se limitam de antemão as exigências, os operários podem dizer: “Não vale a pena”.

A tarefa não consiste em sempre propor, formalmente, aos reformistas a frente única, mas em impor-lhes em cada caso as condições que correspondam o melhor possível à situação. Isso requer uma estratégia ativa e flexível. Em todo caso não há dúvida de que somente desse modo a CGTU poderá mitigar as conseqüências da divisão das massas em duas organizações sindicais, fazer recair, sobre quem corresponde, a responsabilidade da divisão e colocar suas posições de luta.

A particularidade da situação francesa reside no fato de que durante muitos anos existiram duas centrais operárias separadas. Ante o refluxo do movimento dos últimos anos, acostumou-se à divisão. Muitas vezes até ficou esquecida. Certamente se pode prever que o revigoramento nas fileiras da reatualizará inevitavelmente a bandeira de unidade das organizações sindicais. Se se considera que mias mais de noventa por cento do proletariado francês estão fora dos sindicatos fica evidente que ao acentuar-se o Ascenso crescerá a pressão dos não organizados. A bandeira da unidade não é mais que uma das principais conseqüências dessa pressão. Se se leva uma política correta essa pressão atuará em favor do Partido Comunista e da CGTU.

Dado que uma política ativa de frente única é o método de principio para o próximo período da estratégia sindical dos comunistas franceses, seria um grande erro contrapô-la à da unidade das organizações sindicais.

É indubitável que a unidade da classe operaria só pode realiza-se sobre revolucionárias. A política de frente única é um dos meios para libertar os operários da influência reformista e inclusive, em ultima instância, de avançar para a genuína unidade da classe operária. Devemos explicar constantemente essa verdade marxista aos operários de vanguarda. Mas uma perspectiva histórica, mesmo correta, não pode substituir a

experiência viva das massas. O partido é a vanguarda, mas em sua ação, especialmente em sua ação sindical, deve ser capaz de voltar-se para a retaguarda.

Devemos demonstrar concretamente aos operários - uma, duas, dez vezes se necessário - que está sempre disposto a ajuda-los a reconstruir a unidade das organizações sindicais. E neste aspecto somos fieis aos princípios essenciais da estratégia marxista: a combinação da luta por reformas com a luta pela revolução.

Qual é a atitude das duas confederações para com a unidade? Pode parecer idêntica para o conjunto dos operários. Na verdade o setor burocrático das duas organizações declarou que a unificação só pode ser concebida “a partir das bases” e baseada nos principio de cada uma.

Apoiando-se na bandeira da unidade pela base, que emprestou da CGTU, a confederação reformista explora a pouca memória da classe operária e a ignorância da nova geração que não conhece a ação divisionista de Jouhaux, Dumounlin e Cia. Ao mesmo tempo os monattistas ajudam Jouhaux ao substituir a atividade combativa do movimento sindical combativa do movimento operário pela bandeira isolada da unidade sindical. Como honestos intrigantes palacianos, dirigem todos os seus esforços contra a CGTU para arrancar-lhes o maior número possível de sindicatos, nucleá-los ao seu redor e então negociar com os reformistas em pé de igualdade.

Pelo que posso julgar, baseado no material que tenho, Vassart se pronunciou favoravelmente a que os próprios comunistas proponham a bandeira de um congresso unificador das duas confederações sindicais. Sua proposta foi recusada categoricamente. Quanto ao autor, acusaram-no de aderir às posições de Monatte. Não posso me pronunciar sobre essa discussão por falta de dados, mas considero que os comunistas franceses não têm nenhum motivo para abandonar a proposta do congresso de unificação. Pelo contrário.

Os monattistas dizem: “Ambos são fracionistas. Somos os únicos que estamos pela unidade. Operários, sigam-nos “. Os reformistas replicam: ”Nós estamos pela unidade pela base. “ Quer dizer que “nós” permitiremos aos operários que voltem a entrar em nossa organização. O que diz sobre isso a Confederação revolucionária? “ Não é à toa que nos chamamos Confederação unitária. Estamos prontos para realizar hoje mesmo a unificação das organizações sindicais. Mas para consegui-lo os operários não precisam de intrigas palacianas que não tem respaldo de nenhuma organização sindical e que se alimenta de divisões como as bactérias de uma ferida infectada. Propomos que se prepare e se especifique o prazo para a realização de um Congresso de fusão baseado na democracia sindical.

Essa forma de colocar a questão tirará imediatamente a base de sustentação dos monattistas que é um grupo político totalmente estéril, mas que pode semear muita confusão nas fileiras do proletariado. Não nos custará muito caro à liquidação do grupo de palacianos? Poder-se-ia objetar que no caso de os reformistas aceitarem um congresso um congresso de unificação os comunistas poderiam ficar em minoria e a CGTU teria que ceder espaço a CGT.

Semelhante colocação só pode ser conveniente para um burocrata sindical de esquerda que luta por sua “independência” perdendo de vista as tarefas e as perspectivas do

conjunto do movimento operário. A unidade das duas organizações sindicais, ainda quando a ala revolucionária permanecesse em minoria por algum tempo, logo demonstraria ser favorável ao comunismo. A unificação das confederações acarretaria um grande fluxo de novos membros. Com isso a influencia da crise refletir-se-ia mais profunda e decisivamente nos sindicatos. Aproveitando essa nova onda, a ala esquerda poderia começar uma batalha decisiva para conquistar a confederação unitária. Somente os sectários ou os funcionários podem preferir uma maioria segura numa confederação sindical pequena e isolada em vez de um trabalho de oposição numa organização ampla e realmente massiva; nunca os revolucionários proletários.

Para um marxista que pensa é bastante evidente que uma das razões que contribuíram para os monstruosos erros da direção da CGTU provém da situação dada. Gente como Monmousseau, Semard e outros, sem preparo teórico nem experiência revolucionária, autoproclamaram-se imediatamente “donos” de uma organização independente e tiveram, portanto a possibilidade a possibilidade de experimentá-la sob as ordens de Losovski, manuilki e Cia. É indubitável que se os reformistas não tivessem provocado num determinado momento à ruptura da Confederação, Monmousseau e Cia, teriam de contar efetivamente com as massas. Apenas este fato disciplinaria seu aventureirismo burocrático. Por isso as vantagens seriam bem maiores que as desvantagens. Se a ala revolucionária permanecesse um ou dois anos em minoria dentro de uma confederação unificada que reunisse cerca de um milhão de operários, esses dois anos seriam sem dúvida muito mais frutíferos, para a educação não apenas dos sindicalistas comunistas, mas de todo o partido, do que cinco anos de zigzagues “independentes” numa CGTU cada vez mais frágil.

São os reformistas, e não nós, que devem temer a unidade sindical. Se aceitarem um congresso unificado (não em palavras, mas de fato) estarão dadas as condições para tirar o movimento sindical francês do seu beco sem saída. Precisamente por isso os reformistas não aceitarão.

As condições da crise estão criando grandes dificuldades aos reformistas, principalmente no campo sindical. Por isso lhes é tão imprescindível cobrir o flanco esquerdo, e os intrigantes palacianos da unidade estão-se oferecendo como escudo.

Agora uma das tarefas mais importantes e indispensáveis é desmascarar o trabalho divisionista dos reformistas e o parasitismo dos monattistas. A bandeira do congresso de unificação contribui muito para essa tarefa. Quando os monattistas falam de unidade, usam essa bandeira contra os comunistas. Se a própria CGTU propõe uma via para a unidade, acertará um golpe mortal aos monattistas e enfraquecerá os reformistas. Está claro?

Sabemos de antemão que, devido à resistência dos reformistas, a bandeira da unidade não obterá agora os resultados que seriam possíveis no caso de uma verdadeira unidade das organizações sindicais. Mas, sem duvida, conseguirá resultados, ainda que limitados, sempre que os comunistas sigam uma política correta. As grandes massas operárias verão quem esta realmente pela unidade e quem esta contra, e se convencerão de que os serviços palacianos não serão necessários. Não há dúvida de que os monattistas terminarão reduzidos a nada, a CGTU fortalecida e a CGT debilitada e mais instável.

Com as coisas colocadas assim, isso não parece mais uma manobra do que a intenção de conseguir uma unidade efetiva? Essa objeção não nos assusta. Essa é a forma como os reformistas caracterizam nossa política de frente única: como eles não querem se entregar declaram que nosso objetivo é fazer manobras.

Seria totalmente errôneo fazer, de antemão, diferenças entre a política de frente única e a fusão das organizações. Na medida em que os comunistas mantenham a total independência de seu partido, de sua fração nos sindicatos, de toda sua política, a fusão das confederações não é mais que uma forma da política de frente única. Uma forma mais ampla. Ao rejeitar nossa proposta os reformistas transformaram-na em uma “manobra”. Mas é uma “manobra” legítima e indispensável de nossa parte: com manobras assim se educa a classe operária.

O Comitê Executivo da Liga Comunista, repetimos, tem toda razão quando insiste em que a unidade de ação não pode se dar até que não se consiga a unificação das organizações sindicais. Tal como foi feito até agora, é necessário desenvolver essa idéia, explica-la e aplica-la na prática. Mas isso não nos exime do dever de colocar com toda energia, no momento preciso, a questão da fusão das confederações (ou das simples federações).

O problema consiste em saber se a direção comunista é capaz de efetuar agora uma manobra tão enérgica. O futuro dirá. Mas se o Partido Comunista e a direção da CGTU hoje se negam a seguir o Conselho da Liga (o que é mais provável), pode muito bem acontecer que se vejam obrigados a segui-lo amanhã. Não é necessário acrescentar que não fazemos um fetiche da unidade sindical. Não preterimos nada que signifique luta para quando se consiga a unidade. Para nós não é uma panacéia, mas uma lição sobre coisas importantes e decisivas que deve ser ensinada aos operários que se esqueceram ou que não conhecem o passado.

Certamente para participar no congresso de unificação não colocaremos nenhuma condição de princípios.

Quanto os palacianos da unidade, aos quais envergonha a fraseologia barata, dizem que a confederação unificada deve basear-se no princípio da luta de classes etc., estão fazendo acrobacias verbais em proveito dos oportunistas. Como se fosse possível pedir seriamente a Jouhaux e Cia que empreendem, em nome da unidade com os comunistas. O caminho da luta de classes, caminho que esses cavalheiros abandonaram deliberadamente em nome da unidade com a burguesia. E estes mesmos palacianos, estes Monattes, Ziromskis e Dumoulines, o que entendem por “luta de classes?” Não, nós estamos prontos a entrar no terreno da unidade sindical, mas não para “corrigir” (com a ajuda de formulas de curandeiros) os mercenários do capital, mas para arrancar os operários da influência de seus traidores. As únicas condições que impomos são simplesmente garantias organizativas da democracia sindical, em primeiro lugar a liberdade de crítica para a minoria, sempre com a condição de que se submeta à disciplina sindical.

Suponhamos que o Partido Comunista, mesmo que não imediatamente, siga nosso conselho. Como atuaria seu Comitê Central? Em primeiro lugar, deveria preparar cuidadosamente o plano da campanha dentro do partido, para discuti-los nas frações sindicais baseado nas condições locais, de modo que a bandeira da unidade possa ser

lançada ao mesmo tempo de cima para baixo. Logo após uma cuidadosa preparação e elaboração, e de haver eliminado e mal-entendidos dentro de suas próprias fileiras, a direção da CGTU deveria dirigir-se à direção da confederação da confederação reformista com propostas concretas: criar uma comissão paritária para a preparação - num prazo, por exemplo, de dois meses - do congresso de unificação sindical, ao qual todas as organizações do país devem ter acesso. Simultaneamente as organizações locais da CGTU se dirigem as organizações locais da CGT com a mesma proposta, formulada precisa e concretamente.

O Partido Comunista deveria realizar uma grande agitação no país apoiando e explicando a iniciativa da CGTU. Por um certo tempo deve-se concentrar a atenção de amplos setores operários, principalmente os da CGT, na simples idéia de que os comunistas propõem conseguir imediatamente a unidade das organizações sindicais. Qualquer que seja a atitude dos reformistas, quaisquer que sejam as artimanhas a que recorram, os comunistas sairão beneficiados dessa campanha, ainda que nessa primeira tentativa suas propostas não levem senão a uma demonstração de atitude.

Durante esse período, a luta em nome da frente única não para um minuto. Os comunistas continuam atacando os reformistas nas províncias e na metrópole, baseando-se na crescente atividade dos operários, renovando suas propostas de ações combativas baseadas na política de frente única, desmascarando os reformistas, fortalecendo suas próprias fileiras etc. E bem pode acontecer de, em seis meses ou em um ou dois anos, os comunistas se verem obrigados a repetir sua proposta de fusão das confederações sindicais, e colocar os reformistas numa posição mais difícil que da primeira vez.

A verdadeira política bolchevique deve ter precisamente este caráter de forma ofensiva e ser ao mesmo tempo flexível e firme. É a única forma de preservar o movimento do desgaste, de livra-lo de formações parasitas e de acelerar a evolução da classe operária para a revolução.

A lição proposta anteriormente não tem sentido e nem pode progredir se a iniciativa não parte da CGTU e do Partido Comunista. A tarefa da Liga não consiste naturalmente em lançar independentemente a bandeira do congresso de unificação, enfrentando tanto a CGTU como a CGT. A tarefa da liga é empurrar o Partido Comunista oficial e a CGTU para a política, estimular-los a concretizar no momento propício (e no futuro haverá muitos) uma ofensiva para a fusão das organizações sindicais.

Para realizar suas tarefas com o Partido Comunista, a Liga deve (e este é seu primeiro dever) alinhar suas próprias fileiras no campo sindical. É uma tarefa que não pode ser postergada. Deve ser cumprida e o será.

Leon Trotski - 25 de março de 1931